



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150385 - CE (2021/0219311-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : DANIELE CARIOLANO DA SILVA
RECORRENTE : RAIMUNDO NONATO CARIOLANO BEZERRA FILHO
ADVOGADO : LUCAS BRENDON CORREIA BEZERRA - CE037863
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : EDNA MARIA PEREIRA DUARTE
CORRÉU : JOSE ALAN TAVARES DE MELO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DANIELE CARIOLANO DA SILVA e outro contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0626686-06.2021.8.06.0000).

Os recorrentes encontram-se presos preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006.

A defesa sustenta a ausência de justa causa para a ação penal, tendo em vista a não comprovação da materialidade do delito, já que não houve apreensão de drogas.

Ressalta que o acórdão combatido carece de fundamentação idônea, porquanto não há necessidade de revolvimento de provas para se constatar a alegada ilegalidade, até porque é imprescindível a produção de laudo de toxicidade para a comprovação da materialidade do crime de tráfico.

Afirma que "a decisão que decretou a prisão preventiva apontou a existência de gravidade nos fatos praticados, sem demonstrar concretamente sua caracterização, e justificou a medida extrema na garantia da ordem pública, com a utilização de conceitos indeterminados" (fl. 165).

Requer, liminarmente, a suspensão da instrução até o julgamento final do *writ*, determinando-se ao Juízo de origem o cancelamento da audiência designada para o dia 03/08/2021. No mérito, requer o provimento do recurso, com o trancamento da ação penal e o relaxamento das prisões preventivas dos pacientes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Deve-se, portanto, reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente